



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** BR102013030801-3      **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 29/11/2013  
**Prioridade Unionista:** -  
**Depositante:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG) ;  
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS - FAPEMIG (BRMG)  
**Inventor:** HENRIETE DA SILVA VIEIRA; RAQUEL LOURENÇO DE CASTRO;  
JACQUELINE APARECIDA TAKAHASHI  
**Título:** “Diterpenos caurânicos com atividade inibitória para a  
acetilcolinesterase, processo de obtenção, composições  
farmacêuticas contendo os diterpenos e uso ”

**PARECER**

A requerente apresentou manifestação ao parecer técnico publicado na RPI 2674 de 05/04/2022, por meio da petição 870220051182 de 10/06/2022, assim como nova via do quadro reivindicatório com 11 reivindicações. Para fins de continuidade do exame, as vias consideradas no exame técnico estão descritas no quadro 1.

<b>Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001)	x	
A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida (Resol. INPI PR n.º 69/2013)	x	
O pedido refere-se a Sequências Biológicas		x

**Comentários/Justificativas**

Número da Autorização de Acesso: **A870384**; Data da Autorização de Acesso: 02/10/2018.

<b>Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas</b>			
<b>Elemento</b>	<b>Páginas</b>	<b>n.º da Petição</b>	<b>Data</b>
Relatório Descritivo	1 a 23	014130002404	29/11/2013
Quadro Reivindicatório	1 a 4	870220051182	10/06/2022
Desenhos	1 a 8	014130002404	29/11/2013
Resumo	1	014130002404	29/11/2013

**Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI**

<b>Artigos da LPI</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		<b>x</b>
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		<b>x</b>
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	<b>x</b>	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	<b>x</b>	

**Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI**

<b>Artigos da LPI</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	<b>x</b>	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	<b>x</b>	

**Comentários/Justificativas**

Em cumprimento ao parecer de Exigência Técnica (6.1) publicado na RPI 2674 de 05/04/2022, a requerente apresentou nova via do quadro reivindicatório e esclarecimentos em defesa da patenteabilidade da matéria pleiteada.

Analisando a nova via apresentada por meio da petição 870220051182, de 10/06/2022, foi constatado que o presente pedido está de acordo com o disposto nos Arts. 24 e 25 da LPI.

**Quadro 4 – Documentos citados no parecer**

<b>Código</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de publicação</b>
-	-	-

**Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)**

<b>Requisito de Patenteabilidade</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Reivindicações</b>
<b>Aplicação Industrial</b>	Sim	1 a 11
	Não	-
<b>Novidade</b>	Sim	1 a 11
	Não	-
<b>Atividade Inventiva</b>	Sim	1 a 11
	Não	-

**Comentários/Justificativas**

Por meio da petição 870220051182, de 10/06/2022, a requerente cumpriu satisfatoriamente as exigências formuladas no parecer técnico publicado na RPI 2674 de 05/04/2022, apresentando nova via do quadro reivindicatório com 11 reivindicações, aceitas e utilizadas no exame.

## Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo e o código de controle que será incluído automaticamente na carta patente.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2022.

---

Luana Braga Pontes  
Pesquisador/ Mat. Nº 1783812  
DIRPA / CGPAT I/DIFAR-I  
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº  
002/15